

***Subaltern Studies* e história vista de baixo: aproximações e distanciamentos no debate historiográfico indiano**

Subaltern Studies and History from Below: Approximations and Departures within the Indian Historiographical Debate

Francisco Barbosa Macedo*

Resumo: O artigo apresenta o debate historiográfico indiano, dos anos 1990 e 2000, sobre as relações entre os *Subaltern Studies* e a história vista de baixo tal como praticada por historiadores sociais marxistas britânicos nas décadas precedentes. Configuradas a partir de diferentes contextos institucionais, alinhamentos teórico-metodológicos e expectativas políticas, três posições hegemonizaram a discussão. A primeira viu a historiografia subalternista como uma bem-sucedida versão indiana da história vista de baixo que, a partir de dado momento, rompeu com seus pressupostos iniciais, aderindo à “virada linguística”. A segunda sustentou que os *Subaltern Studies* nunca teriam produzido uma história vista de baixo condizente com os parâmetros da história social marxista britânica. Por fim, a terceira corrente entendeu a produção do coletivo indiano como um inovador empreendimento de historiografia pós-colonial, o qual, ainda que inicialmente influenciado pela história vista de baixo, sempre operou em terrenos não mapeados pela história social marxista britânica.

Palavras-chave: estudos subalternos; história vista de baixo; pós-colonialismo.

Abstract: This article presents the Indian historiographical debate of the 1990s and 2000s on the relationship between Subaltern Studies and history from below as practised by British Marxist social historians in the preceding decades. Three positions dominated the discussion, shaped by different institutional contexts, theoretical-methodological alignments and political

* Professor do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Santa Luzia, ao qual agradeço pelas condições de realização da pesquisa de pós-doutorado, que desenvolvi sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Luigi Negro na Universidade Federal da Bahia, e da qual este artigo é um produto. Sou igualmente grato aos pareceristas anônimos e editores da *Revista Mundos do Trabalho* pelas importantes considerações apresentadas. E-mail: francisco.macedo@ifmg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9757-7652>.

expectations. The first saw subalternist historiography as a successful Indian version of history from below that, from a certain point onwards, broke with its initial assumptions, embracing the “linguistic turn”. The second argued that Subaltern Studies had never produced a history from below consistent with the parameters of British Marxist social history. Finally, the third current understood the production of the Indian collective as an innovative undertaking of postcolonial historiography, which, although initially influenced by history from below, always operated in terrains uncharted by British Marxist social history.

Keywords: Subaltern Studies; History from below; Postcolonialism.

INICIADOS NO FIM dos anos 1970, os Subaltern Studies¹ são frequentemente reconhecidos como a intervenção historiográfica indiana que mais alcançou influência no cenário internacional, sendo as 12 coletâneas de artigos publicadas, entre 1982 e 2005, sob o título de *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society*,² o principal instrumento de difusão das ideias do grupo. Liderado pelo historiador indiano Ranajit Guha, o primeiro coletivo editorial dos *Subaltern Studies* era composto por seus compatriotas Shahid Amin, Partha Chatterjee e Gyanendra Pandey, além dos britânicos David Hardiman e David Arnold. Para o segundo volume da coletânea, o coletivo editorial passou a contar com Gautam Bhadra e Dipesh Chakrabarty. No número seguinte, um novo integrante, Sumit Sarkar, também se agregou a esse grupo,³ chegando-se à formação que se manteria até publicação de *Subaltern Studies VI*, em 1989,⁴ quando Guha se aposentaria como editor, dando início a uma etapa em que dois ou três membros do coletivo editorial liderariam a elaboração dos volumes publicados.⁵

Conforme observou Guha, a emergência dos Subaltern Studies esteve diretamente associada ao contexto sociopolítico indiano configurado entre o final dos anos 1960 e o término da década seguinte, momento marcado pela convergência de duas gerações desiludidas com as elites dirigentes da Índia.⁶ Aqueles que haviam alcançado a vida adulta no momento da independência frustraram-se diante do fracasso das promessas de transformação social

1 Utilizaremos a forma não italizada para nos referirmos ao coletivo de pesquisadores e ao projeto intelectual que eles empreenderam.

2 Utilizaremos a forma italizada para nos referirmos a essas coletâneas de artigos. Cabe destacar que, nos volumes 11 e 12, não foi utilizado o subtítulo *Writings on South Asian History and Society*.

3 CHATUVERDI, V. A Critical Theory of Subalternity: Rethinking Class in Indian Historiography. *Left History*, v. 12, n. 1, p. 9 e 25, 2007.

4 Além de integrarem o coletivo editorial, Guha e os nove colaboradores mencionados neste parágrafo, todos homens, foram autores de 34 dos 47 artigos publicados nos primeiros seis volumes de *Subaltern Studies*. Ao longo da existência de *Subaltern Studies*, cerca de 50 autores diferentes publicaram artigos na série. Cf. LUDDEN, D. A Brief History of Subalternity. In: LUDDEN, D. (ed.). *Reading Subaltern Studies: Critical Histories, Contested Meanings, and the Globalization of South Asia*. London: Anthem Press, 2002. p. 1. LAL, V. Walking with the Subalterns, Riding with the Academy: The Curious Ascendancy of Indian History. *Studies in History*, v. 17, n. 1, p. 103-4, 2001.

5 Em 1994, por divergir dos rumos que o projeto havia tomado, Sumit Sarkar deixou os Subaltern Studies e, em 1996, os seguintes estudiosos se incorporaram ao coletivo editorial: Sudipta Kaviraj, Shail Mayaram, M. Pandian, Gyan Prakash, Ajay Skaria, Gayatri Spivak e Susie Tharu. Cf. CHATUVERDI, V. Introduction. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000. p. 10.

6 GUHA, R. Gramsci in India: homage to a teacher. *Journal of Modern Italian Studies*, v. 16, n. 2, p. 290, 2011.

associadas à emancipação em relação à Inglaterra. Já a geração nascida em uma Índia independente percebia partidos, governos e instituições incapazes de oferecer horizontes menos sombrios do que aqueles herdados do passado.

Essa desilusão atravessava igualmente os intelectuais responsáveis pela criação dos Subaltern Studies. Segundo Guha, dois episódios tiveram papel decisivo nesse processo. O primeiro correspondeu à repressão estatal dirigida, entre 1968 e 1971, ao *Movimento Naxal*, insurgência camponesa influenciada pelo maoísmo e pela Revolução Chinesa.⁷ O segundo foi a decretação do “Estado de emergência”, entre 1975 e 1977, por Indira Gandhi, em um contexto de intensa mobilização social.⁸ Durante quase dois anos, as liberdades democráticas foram severamente restringidas, incluindo a prisão de dezenas de milhares de opositores. Ao mesmo tempo, os partidos comunistas indianos tampouco despertavam entusiasmo entre os futuros integrantes do Subaltern Studies, uma vez que apoiaram a repressão ao *Movimento Naxal*. Assim, embora se percebessem como marxistas politicamente engajados, os subalternistas mantinham distância em relação aos partidos comunistas indianos no final dos anos 1970.⁹ Na avaliação dos fundadores dos Subaltern Studies, tais episódios revelavam a profunda separação entre as elites dirigentes indianas e o povo, sugerindo que o principal aparato de dominação colonial — o Estado — havia sido transferido praticamente intacto para a república independente criada em 1947.¹⁰ A percepção dessa alienação crescente colocava novos problemas para a reconsideração do passado e do presente da Índia.¹¹ Nesse contexto, o lançamento de *Subaltern Studies I*, em 1982, apresentou como objetivo central revisar o viés elitista tanto da historiografia (neo)colonial britânica quanto da historiografia nacionalista indiana sobre o período colonial e o movimento de independência.¹² Segundo Guha, ambas compartilhavam a ideia de que a construção da nação indiana teria sido uma realização exclusiva ou predominantemente elitista. Na vertente britânica, o nacionalismo aparecia como produto da ação civilizadora colonial na construção de uma elite nativa capaz de se autogovernar; na nacionalista, predominavam narrativas centradas em grandes líderes da elite indiana conduzindo massas passivas. Em oposição a essas interpretações, Guha sustentava que elas ignoravam a contribuição autônoma do povo para a construção do nacionalismo. Existiria,

7 O próprio Guha esteve ativamente envolvido com organizações estudantis maoístas na época. Cf. BAHL, Vinay. Situating and Rethinking Subaltern Studies for Writing Working Class History. In: DIRLIK, A.; BAHL, V. and GRAN, P. (ed.). **History after the Three Worlds: Post-Eurocentric Historiographies**. Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2000. p. 90.

8 LUDDEN, D. A Brief History of Subalternity. In: LUDDEN, D. (ed.). **Reading Subaltern Studies**. London: Anthem Press, 2002. p. 11.

9 GUHA, op. cit., p. 289. Vale lembrar que foi também em um contexto de desilusão – no caso, em razão da repressão soviética aos movimentos de reforma do socialismo no leste europeu e da falta de espaço para a crítica ao stalinismo no interior do Partido Comunista da Grã-Bretanha – que emergiu, a partir de 1956, a *New Left* britânica, a qual, em seus primeiros anos, daria grande impulso à história vista de baixo. Cf. DALAQUA, R. H. O debate no interior da *New Left* britânica. **História Social**, n. 16, 2009.

10 GUHA, op. cit., p. 291.

11 CHATTERJEE, P. Reflections on “Can the Subaltern Speak?”. In: MORRIS, R. C. (ed.). **Can the Subaltern Speak?** New York: Columbia University Press, 2010, p. 110-111.

12 GUHA, R. On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, R. (ed.). **Subaltern Studies I**. Delhi: Oxford University Press, 1982. p. 1-8. A tradução do inglês para o português neste parágrafo e no restante do artigo são de nossa autoria.

segundo ele, uma “política do povo”, organizada em um domínio relativamente autônomo em relação à política de elite e protagonizada pelas “classes subalternas e os grupos constituintes da massa da população trabalhadora e os estratos intermediários na cidade e no campo – isto é, o povo”. A coexistência entre esses dois domínios indicaria a incapacidade da burguesia indiana de construir uma hegemonia nacional efetiva, expressando, em termos mais amplos, o fracasso histórico da própria nação em se realizar plenamente.

Assumia centralidade, na nova proposta analítica, a categoria gramsciana “subalterno”, definida por Guha como “a diferença demográfica entre o total da população indiana e todos aqueles que descrevemos como ‘elite’ (isto, é ‘os grupos *dominantes*, tanto os estrangeiros quanto os nativos)”.¹³ Ao mesmo tempo, os subalternistas procuravam afastar-se parcialmente do arcabouço marxista clássico ao sustentar que a subordinação não se restringiria à classe social, abrangendo também relações vinculadas a casta, gênero ou outras hierarquias.¹⁴ Com base nas declarações fundadoras do coletivo indiano e nos resultados de pesquisa apresentados em *Subaltern Studies*, emergiram, imediata e posteriormente, no debate historiográfico do país do sul asiático inúmeras considerações sobre as relações entre a produção subalternista e a história vista de baixo tal como praticada por historiadores sociais marxistas britânicos, como Eric Hobsbawm, Christopher Hill e, especialmente, E. P. Thompson. Assim, já em 1983, encontramos Sabyasachi Bhattacharya, intelectual futuramente aclamado como o decano da história do trabalho indiano,¹⁵ empolgadíssimo com recentes estudos internacionais de história vista baixo, mas admitindo que, ao contrário do que se via na Grã-Bretanha, a produção desse tipo de historiografia ainda ocorria, na Índia, em um ritmo bastante lento, sendo *Subaltern Studies I* o único exemplo explicitamente mencionado em nota pelo autor.¹⁶ Para o historiador indiano, a história vista de baixo (“este novo tipo de história”) colocava questões que levariam à formulação de um novo arcabouço interpretativo, indo além dos paradigmas então vigentes na historiografia indiana (o colonialista, o nacionalista e o da modernização).¹⁷ Por sua vez, em 2018, os autores de uma obra didática para estudantes do mestrado em História de uma instituição universitária indiana, a *Indira Gandhi National Open University*, não hesitaram em classificar Ranajit Guha, líder fundador dos Subaltern Studies, como “um dos maiores

13 GUHA, op. cit., 1982, p. 8.

14 GUHA, R. Preface. In: GUHA, R. (ed.). **Subaltern Studies I**. Delhi: Oxford University Press, 1982. p. vii. Neste texto fundador, Guha não incluiu explicitamente a produção marxista indiana das décadas anteriores entre as correntes elitistas que seriam combatidas pelos Subaltern Studies. Contudo, os historiadores subalternistas, que se viam como marxistas, explicitaram, poucos anos depois, que as linhagens predominantes na produção marxista indiana também não teriam sido capazes de se livrar das armadilhas do “elitismo”, sendo marcadas por uma teleologia que esvaziava os movimentos subalternos de seus tipos específicos de consciência e prática, os quais eram subsumidos em um modelo de desenvolvimento de consciência de classe. Cf. O’HANLON, R. Recovering the Subject – *Subaltern Studies* and Histories of Resistance in Colonial South Asia. **Modern Asian Studies**, v. 22, n. 1, p. 193, 1988. Mais recentemente, críticas sobre aspectos elitistas de apropriações do marxismo também emergiram na análise de outros contextos pós-coloniais, destacando-se, por exemplo, aquele da construção de alguns estados africanos pós-independência. Cf. YENGO, P. and SAINT-MARTIN, M. How “Red” Elites Contributed to Shaping Postcolonial States. **Cahiers d’études africaines**, n. 226, p. 231-258, 2017.

15 PARTHASARATHI, P. Indian Labor History. **International Labor and Working-Class History**, n. 82, p. 128-129, 2012.

16 BHATTACHARYA, Sabyasachi. History from Below. **Social Scientist**, v. 11, n. 4, p. 8 e 16 (nota 23), 1983.

17 Ibidem, p. 5-7.

praticantes da história vista de baixo”,¹⁸ reforçando as representações que vinculavam o coletivo intelectual indiano à abordagem frequentemente associada a E. P. Thompson.

Baseados nesses dois documentos, separados no tempo por 35 anos, poderíamos ser levados a concluir que, no debate historiográfico indiano, não houve grandes divergências sobre a natureza das relações entre os Subaltern Studies e a história vista de baixo. Nada mais distante da realidade. Na direção oposta, como veremos, o tema tornou-se matéria extremamente controversa e objeto de acaloradas alterações intelectuais, sendo tomado como uma questão central na própria definição da identidade dos Subaltern Studies como projeto intelectual. Grosso modo, o debate sedimentou-se em três posições principais.

Uma primeira corrente de historiadores indianos sustentou que os Subaltern Studies teriam surgido como uma bem-sucedida versão local da história vista de baixo tal como praticada pela história social marxista britânica,¹⁹ mas que, especialmente a partir do fim dos anos 1980, quando passaram a aderir sistematicamente a pressupostos pós-estruturalistas e pós-modernos e a se situar no emergente campo da crítica pós-colonial, os historiadores subalternistas teriam rompido com suas origens, abandonando seus pressupostos iniciais.²⁰ Para uma outra vertente do debate historiográfico indiano, os Subaltern Studies nunca teriam produzido uma história vista de baixo condizente com os parâmetros da história social marxista britânica, sendo sua apropriação da obra thompsoniana uma “monumental interpretação equivocada”,²¹ marcada, desde o princípio, por uma profunda distorção dos métodos e objetivos do historiador inglês. Por fim, uma terceira corrente no debate historiográfico do país do sul asiático entendia que os Subaltern Studies foram, desde o começo, um inovador empreendimento de historiografia pós-colonial, o qual, ainda que inicialmente influenciado pela história vista de baixo, sempre operou em terrenos não mapeados pela história social marxista britânica, o que levou a um crescente distanciamento em termos de abordagem entre os dois projetos historiográficos. Vejamos mais de perto cada uma dessas posições.

Uma bem-sucedida versão indiana da história vista de baixo que perdeu o rumo

Em 1994, por meio da participação em seminários na Índia, Alemanha e Inglaterra, Sumit Sarkar, eminente historiador social indiano que integrava os Subaltern Studies há cerca de uma década, publicizou suas divergências com os rumos então tomados pelo projeto, assinalando

18 Indira Gandhi National Open University. **Master of Arts, History**. Delhi: IGNOU, 2018. p. 7.

19 Para uma síntese das especificidades dessa variante de história vista de baixo em relação a outras também praticadas nos anos 1970 e 1980, cf. KAYE, Harvey J. **The British Marxist Historians**. Oxford: Polity Press, 1984. p. 222-228. REDIKER, M. Reflections on History from Below. **Trashumante**, n. 20, p. 296-299, 2022.

20 Para apreciações sintéticas do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e do pós-colonialismo, cf. BELSEY, C. **Poststructuralism**. Oxford: Oxford University Press, 2022. WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012. BUTLER, C. **Postmodernism**. New York: Oxford University Press, 2002. HIDDLESTON, J. **Pós-Colonialismo**. Petrópolis: Vozes, 2011. YOUNG, R. **Postcolonialism**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

21 CHANDAVARKAR, R. “The Making of the Working Class”: E. P. Thompson and Indian History. **History Workshop Journal**, n. 43, p. 189, 1997.

sua saída do coletivo.²² Três anos depois, os argumentos apresentados nos seminários foram reunidos em artigo com o provocativo título de “O declínio do subalterno nos *Subaltern Studies*”,²³ o qual, para Sarkar, simplesmente descrevia o que poderia ser constatado nas páginas de *Subaltern Studies*. Segundo o historiador indiano, enquanto nos volumes I (1982) e II (1983) das coletâneas, todos os 14 artigos publicados eram sobre grupos desprivilegiados da sociedade indiana (camponeses, populações nativas e operários); nos volumes VII (1993) e VIII (1994), esses grupos seriam objeto de, no máximo, quatro de um total de 12 artigos. Para Sarkar, os recém-publicados volumes de *Subaltern Studies*, demonstravam, portanto, a consolidação de uma significativa ruptura na trajetória do projeto.²⁴ Na visão do historiador indiano, tendo emergido, nos anos 1980, no interior de uma dissidência de esquerda na qual se combinavam uma forte crítica ao marxismo ortodoxo e a manutenção de um amplo horizonte socialista e marxiano, os *Subaltern Studies* definiram como sua prioridade transformar a historiografia do nacionalismo anticolonial por meio da busca pela “dimensão da autonomia popular ou subalterna na ação, consciência e cultura”, acrescentando “uma nova clareza teórica [...] aos esforços em andamento para investigar histórias vistas de baixo, com muito trabalho empírico ao mesmo tempo sólido e emocionante”.²⁵ Em termos de influências historiográficas, a da “história social marxiana britânica”, representada por estudiosos como Hill, Hobsbawm e Thompson, teria sido “provavelmente a mais significativa” na fundação dos *Subaltern Studies*. Inclusive, em textos do começo da década de 1980, o modo como Ranajit Guha frequentemente utilizava o termo “subalterno”, conceito apropriado do aparato teórico gramsciano, guardaria muitas semelhanças com o uso do termo “plebeu” nos estudos sobre a Inglaterra do século XVIII feitos por E. P. Thompson, autor que teria causado especial impacto nos historiadores indianos mais jovens em sua visita ao país em 1976-1977.²⁶ Em flagrante contradição com essas origens, continua Sarkar, seria possível constatar que, no começo dos anos 1990, o impulso predominante nos *Subaltern Studies* passara a ser a crítica ao poder-saber colonial ocidental e a valorização de formas de consciência comunitária não ocidentais, principalmente aquelas definidas em termos de identidades religiosas.²⁷ Nesse movimento, os *Subaltern Studies* alinhavam-se ao ascendente pós-modernismo acadêmico

22 SARKAR, Sumit. Preface. In: SARKAR, Sumit. **Writing Social History**. Delhi: Oxford University Press, 1997. p. ix.

23 SARKAR, Sumit. The Decline of the Subaltern in *Subaltern Studies*. In: SARKAR, Sumit. **Writing Social History**. Delhi: Oxford University Press, 1997. p. 82-118.

24 Ibidem, p. 82. Em relação aos volumes mencionados pelo autor, cf. GUHA, R. (ed.). **Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 1982. GUHA, R. (ed.). **Subaltern Studies II: Writings on South Asian History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 1983. CHATTERJE, P. and PANDEY, G. (ed.). **Subaltern Studies VII: Writings on South Asian History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 1993. ARNOLD, D. and HARDIMAN, D. (ed.). **Subaltern Studies VIII: Writings on South Asian History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 1994.

25 Ibidem, p. 85-86.

26 Ibidem, p. 84. Em outro artigo do mesmo período, Sarkar também ressaltou o “impulso ‘thompsoniano’ por trás das origens dos *Subaltern Studies* como projeto intelectual”. Cf. SARKAR, Sumit. E. P. Thompson. **Economic and Political Weekly**, v. 28, n. 39, p. 2057, 1993. Para uma análise da mencionada visita de Thompson à Índia, cf. HAMILTON, S. **The Crisis of Theory: E. P. Thompson, the New Left and Postwar British Politics**. Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 155-183.

27 Para o que se segue neste parágrafo, cf. SARKAR, op. cit., 1997, p. 82-84.

ocidental interessado em assuntos coloniais e pós-coloniais, reduzindo a história social radical de esquerda a estudos culturais e críticas ao discurso colonial, passando-se de Thompson para Foucault e, mais frequentemente, para Edward Said. Nesse novo arcabouço, ganhariam destaque: a) a conceitualização da dominação, fundamentalmente em termos culturais e discursivos, como poder-saber do Ocidente pós-iluminista, identificado quase sempre apenas com o Estado-nação burocrático moderno; b) o entendimento de que uma busca mais aprofundada por interconexões socioeconômicas específicas seria recair em economicismo; e c) a eleição do racionalismo iluminista como alvo principal, sendo o marxismo condenado como mais uma variedade do eurocentrismo.

Sarkar afirma que, diferentemente de seus ex-colegas da equipe editorial de *Subaltern Studies*, ele via a mudança de rumos do projeto intelectual como “debilitante tanto em termos acadêmicos quanto políticos”.²⁸ Para ele, a nova configuração assumida pelos *Subaltern Studies*, a qual desfrutava de crescente prestígio entre importantes setores da academia anglo-americana, devia seu sucesso à sua adequação aos novos tempos. No fim dos anos 1980 e começo dos 1990, diante do refluxo das esperanças de transformação radical por meio da iniciativa popular que haviam alimentado as histórias vistas de baixo nos anos 1960 e 1970, ganhavam terreno as concepções de poder-saber praticamente onipotentes e onipresentes. Entretanto, prossegue Sarkar, seria igualmente necessário admitir que, desde o começo, havia nos *Subaltern Studies* certas ambiguidades conceituais e tensões implícitas que também explicariam as características que a produção do coletivo veio a assumir no começo dos anos 1990. Nesse sentido, o historiador indiano destacava uma atração por um impulso mais teórico, evidente, por exemplo, já em artigos de Partha Chatterjee, nos volumes I e II, nos quais teria sido introduzida uma categoria mais geral de “consciência comunitária camponesa”, iniciando um movimento que levaria, posteriormente, a um deslocamento de “subalterno” para “comunidade”. Além disso, esses textos de Chatterjee teriam expandido a noção de “autonomia” para uma separação categórica entre dois domínios de política e poder (o da elite e o dos subalternos), colaborando para um movimento de essencialização e homogeneização de identidades que revelava distanciamentos em relação à abordagem thompsoniana, na qual a cultura era sempre situada, materialistamente, em uma configuração particular de relações sociais, em um ambiente de trabalho de exploração e de resistência à exploração.²⁹

Essa tendência reificante, em que pese declarações em contrário dos subalternistas, persistiria, segundo Sarkar, na produção recente dos *Subaltern Studies*, podendo, inclusive, ser intensificada, uma vez que o medo do reducionismo econômico levava à crescente eliminação de contextos e determinantes socioeconômicos.³⁰ Nos últimos volumes de *Subaltern Studies*,

28 Salvo quando houver outra indicação explícita, para o que se segue neste parágrafo, cf. SARKAR, op. cit., 1997, p. 84-85.

29 Ibidem, p. 88-89. Os textos de Partha Chatterjee mencionados são: “Agrarian Relations and Communalism in Bengal, 1926-1935” (*Subaltern Studies I*) e “More on Modes of Power and the Peasantry” (*Subaltern Studies II*).

30 Ibidem, p. 88-89.

a essencialização dos mundos da dominação e da autonomia teria conduzido, afirma Sarkar, a três posições principais: 1) a interpretação da dominação como irresistível, tornando a autonomia dos subalternos ilusória (estes atuariam somente no âmbito de um “discurso derivativo”); 2) a autonomia subalterna poderia ser localizada somente em espaços pré-coloniais e pré-modernos intocados pelo poder (isto é, no âmbito da “comunidade” indígena); e 3) a autonomia deveria ser procurada apenas em fugazes momentos fragmentários.³¹ Para além dessas repercussões teórico-metodológicas, Sarkar, em artigo publicado no mesmo ano em que deixou os *Subaltern Studies*, mostrava-se especialmente preocupado com as potenciais implicações políticas da crescente adesão da produção do coletivo indiano ao arcabouço saidiano. Este, quando aplicado de modo radical no contexto indiano, às vezes no sentido de uma recusa total do Ocidente moderno pós-iluminista, demonstraria perigosas congruências com o nacionalismo hindu de extrema direita em franca ascensão no país do sul asiático.³² Sarkar reconhecia que, de fato, havia ausências importantes na melhor historiografia marxista ocidental, as quais vieram a ser mais profundamente sentidas na nova era de globalização ampliada, colapso socialista, neocolonialismo/racismo ressurgentes e ascensão sem precedentes à proeminência de intelectuais expatriados do terceiro mundo nas universidades ocidentais. Com exceção de Hobsbawm, continuava Sarkar, os grandes mestres da historiografia marxista britânica admitidamente escreveram pouco sobre o império e a acusação de eurocentrismo poderia parecer particularmente danosa para um texto fundacional da história social, como o famoso clássico de E. P. Thompson, que deliberadamente se confinou à formação da classe operária “inglesa”.³³ Mesmo com tais ressalvas, Sarkar continuava acreditando que problemas centrais apresentados por Said e Foucault poderiam ser enfrentados de modo muito mais satisfatório pela história social de matriz thompsoniana, como poderia ser visto em recentes desdobramentos desta em obras como *Customs in Common* (1991) e *Witness Against the Beast* (1993).³⁴ Tais caminhos alternativos para a historiografia do sul da Ásia estariam enfrentando, contudo, fechamentos e silenciamentos impostos pela reputação inflacionada da nova configuração dos *Subaltern Studies* e sua problemática única da dominação cultural colonial ocidental.³⁵ Em 1997, a historiadora e socióloga indiana Vinay Bahl, por meio de artigo em importante periódico do país do sul asiático, somou-se àqueles que entendiam que os *Subaltern Studies* “desviaram-se de seu propósito original” de “reescrever a história a partir da perspectiva dos grupos subalternos como um prelúdio para a criação de uma nova política emancipatória”, tendo se “atolado” nos debates pós-modernistas sobre “diferença”.³⁶ Segundo Bahl, os *Subaltern Studies* representavam, em sua origem, a

31 Ibidem, p. 90.

32 SARKAR, S. Orientalism Revisited: Saidian Frameworks in the Writing of Modern Indian History. **Oxford Literary Review**, v. 16, n. 1/2, p. 219, 1994.

33 SARKAR, op. cit., 1997, p. 104-105.

34 SARKAR, Sumit. The Relevance of E. P. Thompson. In: SARKAR, Sumit. **Writing Social History**. Delhi: Oxford University Press, 1997. p. 50-81.

35 SARKAR, op. cit., 1997, p. 106.

36 BAHL, Vinay. Relevance (or Irrelevance) of Subaltern Studies. **Economic and Political Weekly**, v. 32, n. 23,

“aplicação” na historiografia indiana das ideias sobre escrita da história capitaneadas por historiadores sociais como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm.³⁷ Contudo, prossegue Bahl, diferentemente dos historiadores ocidentais, em sua busca por escrever uma história vista de baixo, os Subaltern Studies teriam contado com pouca documentação escrita produzida por operários e camponeses que lhes permitisse alcançar as “vozes” desses sujeitos. Desse modo, os historiadores subalternistas tiveram que se valer, fundamentalmente, de uma leitura a contrapelo de fontes produzidas pelas elites, especialmente as coloniais. Nesse processo, os *Subaltern Studies* teriam passado a se concentrar cada vez mais em como a subalternidade era produzida nesses discursos elitistas e menos em encontrar as vozes dos sujeitos subalternos. O movimento seguinte dos *Subaltern Studies* foi se dedicar a questões relativas à própria produção do conhecimento histórico, questionando-se sobre os modos de descolonizá-lo. Nessa mudança de objetivos, continua a historiadora indiana, os Subaltern Studies teriam mudado sua abordagem teórico-metodológica, apoiando-se em empréstimos do pós-modernismo, especialmente naqueles oriundos de diversas vertentes da análise do discurso. Em sua nova configuração, o coletivo indiano teria desviado a crítica do capitalismo como sistema mundial para o eurocentrismo, o qual passava a ser visto basicamente como um problema cultural ou ideológico, apartado das relações materiais que possibilitaram que essa forma particular de etnocentrismo viesse a ser capaz de definir a história global moderna e a si mesmo como uma aspiração universal. Na mesma direção, o Estado-nação passaria a ser investigado, fundamentalmente, como uma metanarrativa da modernidade europeia.³⁸ Assim como Sarkar, Bahl mostrava-se também preocupada com as repercussões políticas do que ela entendia como o abandono da história vista de baixo por parte dos Subaltern Studies. A historiadora indiana admitia que a maioria dos membros do coletivo tinham um passado político progressista, preocupando-se com a noção de justiça social para os oprimidos.³⁹ Contudo, ao adotar uma abordagem que abdicava da análise da agência dos subalternos e que se centrava na noção de “diferenças”, a produção dos Subaltern Studies em nada contribuiria para a elaboração de uma política emancipatória da classe trabalhadora. Pelo contrário, a simples promoção de “diferenças” (baseadas em etnicidade, religião, raça, gênero etc.), ignorando as forças econômicas que as geram/reforçam e secundarizando a partilha de condições materiais comuns, poderia resultar em graves situações, como conflitos étnicos e a persistência de desigualdades entre – e, no interior de – sociedades, classes e gêneros. Antes do que, para afirmar a diversidade, certas percepções de diferenças poderiam atuar muito mais como mecanismos para exclusão e práticas discriminatórias.⁴⁰ Tais críticas duras não levaram Bahl, naquele momento, a uma ruptura total com os Subaltern Studies, acreditando

p. 1333, 1997.

37 Salvo quando houver outra indicação explícita, para o que se segue neste parágrafo, BAH, op. cit., 1997, p. 1333-1334.

38 Ibidem, p. 1340.

39 Ibidem, p. 1335.

40 Ibidem, p. 1341-1342.

a autora que o coletivo indiano poderia recuperar seu impulso original e retomar seu papel na criação de uma política emancipatória.⁴¹ No ano 2000, em artigo publicado nos EUA, Vinay Bahl voltou a refletir sobre as transformações na trajetória intelectual dos *Subaltern Studies*. Mais uma vez, a autora inicia com o reconhecimento de que, em suas origens, eles buscaram oferecer novas interpretações e metodologias para a escrita da história da classe trabalhadora indiana (especialmente, a do campesinato), centrando-se na agência dos subalternos, vistos como sujeitos capazes de agir coletiva e autonomamente em relação às elites, algo que teria sido negado pelas interpretações colonialistas, nacionalistas e marxistas da história indiana.⁴² Contudo, a partir dos volumes VII (1993) e VIII (1994) da coletânea *Subaltern Studies*, seria possível notar uma mudança de abordagem e um evidente distanciamento do coletivo indiano de suas temáticas iniciais.⁴³

Após retomar os argumentos apresentados em seu artigo de 1997, Bahl concluía que, como parte de um processo mais amplo de rejeição de categorias marxistas, os *Subaltern Studies* teriam abandonado o conceito de classe, deslocando-se para uma análise baseada “na exposição e crítica da produção do significado”, o que levaria à despolitização da escrita da história.⁴⁴ Em sua nova abordagem, os *Subaltern Studies* enfocariam somente as dimensões imateriais da cultura dos subalternos, conseguindo, desse modo, evitar a questão da política emancipatória, uma vez que ela estaria estreitamente ligada à vida material.⁴⁵ Em sua promoção da noção de “diferença”, restaria aos *Subaltern Studies* estimular a “resistência”, não sendo claro, entretanto, a quem se resiste, pois, ao se recusar a considerar classe como categoria no contexto colonial, os historiadores subalternistas colaborariam para que a resistência do povo nunca fosse dirigida contra o capitalismo e as forças imperialistas.⁴⁶ Por sinal, continuava Bahl, os *Subaltern Studies* não se mostravam capazes de capturar a complexidade da integração da economia mundial em um sistema capitalista. Tampouco conseguiriam apreender os modos pelos quais a globalização, fundida com condições locais de modos diversos, produziria e reforçaria diferenças entre formações sociais.⁴⁷ Assim, em tom pessimista, Bahl finalizava com a afirmação de que a recente produção do coletivo indiano não teria recursos para fomentar nenhuma esperança de futuro melhor para os oprimidos.⁴⁸ Três anos depois, em tom semelhante ao adotado por Sarkar em meados dos anos 1990, Bahl apresentava um quadro ainda mais sombrio: em seu crescente interesse pelas resistências indianas à modernidade ocidental, as formas de análise dos *Subaltern Studies* os teriam colocado no mesmo terreno

41 Ibidem, p. 1343.

42 BAH, Vinay. Situating and Rethinking Subaltern Studies for Writing Working Class History. In: DIRLIK, A.; BAH, V. and GRAN, P. (ed.). **History after the Three Worlds: Post-Eurocentric Historiographies**. Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2000. p. 87-88.

43 Ibidem, p. 91.

44 Ibidem, p. 89-91.

45 Ibidem, p. 100.

46 Ibidem, p. 109-110.

47 Ibidem, p. 110.

48 Ibidem, p. 108.

dos fundamentalistas hindus e outros setores conservadores dominantes indianos.⁴⁹ Vinayak Chaturvedi, historiador indiano que se notabilizou como organizador de uma das principais obras de introdução aos *Subaltern Studies*,⁵⁰ foi outro pesquisador que, embora adotando posição menos cáustica que a de Sarkar e Bahl, não deixou de apontar a ruptura do coletivo indiano com a história vista de baixo e, mais amplamente, com o próprio materialismo histórico. Ao examinar as “origens intelectuais” dos *Subaltern Studies*, Chatuverdi salientou que, no primeiro volume da série, “a preocupação em escrever ‘histórias de baixo’ [...] foi assumida pelos subalternistas e direcionada ao contexto colonial”,⁵¹ conformando uma abordagem alinhada à história social da cultura. Entretanto, na visão de Chatuverdi, esse impulso inicial começaria a ser substancialmente abandonado já a partir de *Subaltern Studies IV* (1985), quando posições pós-estruturalistas teriam começado a ganhar espaço nos debates internos do coletivo. Nos volumes seguintes, a análise de classe teria sido crescentemente “empurrada para as margens do projeto [...] à medida que os Subaltern Studies assumiram formas mais pós-marxistas”.⁵² Indo além, Chatuverdi avalia que, a partir de *Subaltern Studies X* (1999), o coletivo indiano teria se afastado até mesmo da História como disciplina, consolidando um processo, intensificado no fim dos anos 1980, de aproximação com teoria literária, à crítica cultural, à teoria feminista e à teoria pós-colonial.⁵³

Uma interpretação equivocada da história vista de baixo

EM MEADOS DOS ANOS 1990, o historiador indiano Rajnarayan Chandavarkar colocou-se na contramão de seus compatriotas que defendiam a tese de que os *Subaltern Studies* seriam, fundamentalmente, uma aplicação bem-sucedida da história social de matriz thompsoniana ao contexto indiano que, a partir de dado momento, romperia com suas origens. Convidado a participar, em 1994, de evento promovido, em Londres, pelo *History Workshop*, para avaliar o legado thompsoniano, Chandavarkar centrou sua apresentação na influência da obra de Thompson na escrita da história da classe trabalhadora indiana.⁵⁴ Naquele momento, ele não hesitou em afirmar que, na Índia, “o local mais proeminente para a absorção dos *insights* de Thompson foi o trabalho produzido sob o título de *Subaltern Studies*”, o qual veio a se configurar como a “intervenção mais influente na história indiana nos últimos 15 anos”.⁵⁵ Admitiu, também, que “no princípio, os historiadores subalternistas apropriaram-se amplamente das

49 BAHL, Vinay. What Went Wrong with “History from Below”. *Economic and Political Weekly*, v. 38, n. 2, p. 140, 2003.

50 CHATUVERDI, op. cit., 2000.

51 Ibidem, p. 7-8.

52 CHATUVERDI, op. cit., 2007, p. 15.

53 Ibidem, p. 23. Para uma discussão aprofundada das inflexões do projeto subalternista e dos contextos que as impulsionaram, cf. MACEDO, F. *Subaltern Studies: breve história de um projeto intelectual (1982-2005)*. *Afro-Ásia*, n. 72, 2025 (no prelo).

54 CHANDAVARKAR, R. “The Making of the Working Class”: E. P. Thompson and Indian History. *History Workshop Journal*, n. 43, p. 192-193, 1997.

55 Ibidem, p. 181.

ideias, da retórica e do exemplo de Thompson”.⁵⁶ Entretanto, diferentemente de Sarkar, Bahl e Chatuverdi, Chandavarkar classificava a apropriação da obra Thompson pelos Subaltern Studies como uma “monumental interpretação equivocada”.⁵⁷ Um processo que, desde o princípio, seria marcado por profunda distorção dos métodos e objetivos do historiador inglês⁵⁸ e pela mobilização desajeitada dos conceitos thompsonianos.⁵⁹ Como resultado, continuava Chandavarkar, os Subaltern Studies teriam produzido um tipo de análise histórica para a qual, quando Thompson a encontrou na história inglesa, ele “reservou suas invectivas mais cintilantes”.⁶⁰ Segundo o historiador indiano, essa “tradução” malsucedida seria resultado de múltiplos fenômenos.

Para Chandavarkar, na ocasião bastante inserido no contexto institucional e nas discussões recentes da historiografia social britânica, a agenda dos Subaltern Studies pouco levava em consideração os desenvolvimentos mais amplos da história social, incluindo as conclusões de estudos que, inspirados pela obra de Thompson, agora dirigiam a ela críticas contundentes. Além disso, a interpretação subalternista do historiador inglês foi limitada principalmente pela própria problemática dos *Subaltern Studies*. Esta seria a velha convenção do choque entre imperialismo e nacionalismo. A “formação da nação indiana” dava espaço para “a formação da classe trabalhadora”, sendo o nacionalismo a consciência que informava esse processo. Assim, os Subaltern Studies objetivavam demonstrar a importância da “política do povo” para a formação da “nação indiana”. Tal política seria estrangulada, como explicaram os próprios historiadores subalternistas em suas declarações fundadoras, pelo fato de que a classe trabalhadora indiana não seria suficientemente madura, sendo suas lutas fragmentadas, enredadas por economicismo e carente de lideranças para formar algo como um movimento de liberação nacional. Nesse sentido, continua Chandavarkar, o próprio manifesto de fundação dos *Subaltern Studies* já carregaria um tom arcaico, ecoando a linguagem de chumbo do *Comintern*,⁶¹ algo difícil de compatibilizar com o pensamento thompsoniano. A “monumental interpretação equivocada” derivaria, também, de uma tentativa mal concebida por parte do Subaltern Studies de encontrar na obra de Thompson um conjunto de axiomas que poderiam ser simplesmente transferidos para a Índia e de um entendimento de que bastaria lançar Thompson e a “cultura popular” nas “ausências” e “lacunas” da historiografia indiana então estabelecida, movimento que revelaria, talvez, a própria estreiteza do revisionismo do projeto subalternista.⁶² Segundo Chandavarkar, as diferenças entre a abordagem dos Subaltern Studies e a de Thompson seriam particularmente notáveis em

56 Ibidem, p. 182.

57 Ibidem, p. 189.

58 Ibidem, p. 192.

59 Ibidem, p. 189.

60 Ibidem, p. 189.

61 Ibidem, p. 181-182. Cf., também, CHANDAVARKAR, R. Aspects of the Historiography of Labour in India. In: CHANDAVARKAR, R. **History, Culture and the Indian City**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 236-250.

62 Ibidem, p. 189.

alguns aspectos. A produção subalternista seria marcada pela reificação das identidades coletivas e por uma interpretação essencialista da cultura e da consciência populares, características que pareciam derivar da pressuposta autonomia da insurgência camponesa,⁶³ noção central para os membros do coletivo indiano. Uma vez que os Subaltern Studies julgariam que qualquer investigação da economia seria determinista, isso resultaria em uma interpretação estreita, excessivamente literal e mecanicista da cultura. Por sua vez, a ênfase thompsoniana em tradições e heranças culturais de grupos sociais particulares teria sido apropriada pelos Subaltern Studies de um modo simplista, indiferenciado e caricatural, o que poderia ser visto, por exemplo, no famoso trabalho de Dipesh Chakarabarty sobre a classe trabalhadora indiana,⁶⁴ no qual seria apresentada uma caracterização estática e atemporal de uma cultura indiana tradicional, baseada em lealdades primordiais de comunidade, língua, religião, casta e parentesco.⁶⁵ Classificada como pré-capitalista, essa cultura, que informaria a atuação dos migrantes rurais que se empregavam nas indústrias urbanas, apareceria, deterministicamente, como um obstáculo à formação de classe, indo na contramão das análises thompsonianas.⁶⁶ Diferentemente da atenção dada por Thompson ao Estado, os historiadores subalternistas, preocupados com o “domínio autônomo do povo”, pareciam “ter emancipado sua própria pesquisa histórica das intrusões do Estado colonial”, o qual, quando aparecia, seria representado simplesmente “como um instrumento monolítico de opressão e exploração cujas instituições estavam fechadas à negociação política e ao conflito”.⁶⁷ Por fim, conclui Chandavarkar, o comprometimento dos Subaltern Studies com conceitos como hierarquia, dominância e poder ilimitado deixava pouco espaço para agência subalterna,⁶⁸ mais uma vez contrariando aspectos cruciais da abordagem thompsoniana.

No final dos anos 1980, de acordo com Chandavarkar, os *Subaltern Studies* já teriam se afastado da obra de E. P. Thompson e tomado a estrada da pós-modernidade,⁶⁹ distanciando-se da história social. Apoiados especialmente em Edward Said, os *Subaltern Studies* teriam elegido como sua nova prioridade a análise do discurso colonial e a crítica ao eurocentrismo, colocando-se como a voz autêntica dos indianos e mesmo do Terceiro Mundo no emergente campo dos estudos pós-coloniais. Em sua nova configuração, o coletivo indiano sustentaria que, para superar as categorias universalistas da racionalidade europeia e liberar as narrativas que elas teriam silenciado, seria preciso enfatizar a fragmentação, a pluralidade e a diferença, movimento que, na visão de Chandavarkar, somente reforçava a reificação e essencialização dos grupos subalternos, incluindo ainda a reafirmação de antigos pressupostos orientalistas sobre atributos culturais únicos e excepcionais da sociedade indiana.

63 Ibidem, p. 181-182.

64 CHAKRABARTY, D. **Rethinking Working-Class History**: Bengal 1890-1940. New Jersey: Princeton University, 1989.

65 CHANDAVARKAR, op. cit., 1997, p. 182-183.

66 Ibidem, p. 184.

67 Ibidem, p. 182-183.

68 Ibidem, p. 189.

69 Ibidem, p. 189-190.

Para Chandavarkar, os *Subaltern Studies* teriam acabado por abraçar, também, a ideia de uma dominação colonial tão abrangente que faria dos governantes coloniais a única força ativa na história indiana e privaria os subalternos de qualquer agência.⁷⁰ Em que pese sua avaliação negativa da “virada saidiana” dos *Subaltern Studies*, Chandavarkar, ao contrário de Bahl e de Sarkar, não propugnava uma retomada do pensamento thompsoniano – pelo menos, não nas formulações que este apresentava nos anos 1960 e 1970 – na historiografia da classe trabalhadora indiana. Alinhando-se a importantes críticos britânicos do historiador inglês (tais como Gareth Stedman Jones e Richard Johnson), Chandavarkar entendia que significativas ambiguidades e contradições existentes na obra de Thompson precisariam ser enfrentadas e superadas. Além disso, diversos problemas e debates colocados pelo pós-modernismo e o pós-estruturalismo não poderiam ser simplesmente ignorados. Era preciso reconhecer, por exemplo, que, de fato, as metanarrativas de classe teriam sido desajeitadamente impostas à formação das classes trabalhadoras indianas, sendo necessária uma maior atenção às identidades mutáveis, híbridas e plurais que compõem as relações sociais.⁷¹ Avaliações mais recentes da produção dos *Subaltern Studies* elaboradas por historiadores sociais do trabalho indianos voltaram a reforçar aspectos centrais das críticas de Chandavarkar, adotando, contudo, tom bem menos virulento. Mais uma vez, ganharam centralidade as críticas de que a abordagem subalternista, afastando-se da história social, seria marcada por “culturalismo radical” e pela “tendência em reificar a cultura ao ver as identidades em termos de significados culturais fixos”,⁷² algo que estaria bem evidente, por exemplo, já nos clássicos trabalhos dos anos 1980 do subalternista Dipesh Chakrabarty. Este, por sinal, viria a se tornar, nos anos 1990 e 2000, juntamente com Gyan Prakash, um dos principais porta-vozes da tese de que, como veremos na sequência, os *Subaltern Studies* nunca foram uma simples aplicação, bem ou malsucedida, da história vista baixo ao contexto indiano.

Uma inovadora historiografia pós-colonial que sempre foi além da história vista de baixo

Em 1988, foi publicado, simultaneamente nos EUA e na Inglaterra, *Selected Subaltern Studies*,⁷³ coletânea de artigos originalmente apresentados nos volumes I a V da série e obra frequentemente apontada como marco inicial da meteórica carreira de sucesso que os *Subaltern Studies* alcançariam na academia anglo-americana. Especialmente nos EUA, em um ambiente acadêmico no qual o marxismo se encontrava sob cerrado ataque e a política de identidade e

70 Ibidem, p. 190-191.

71 Ibidem, p. 191-192.

72 BEHAL, R., CHITRA, J. and MOHAPATRA, P. India. In: ALLEN, J.; CAMPBELL, A.; McILROY (ed.). **Histories of Labour: National and International Perspectives**. London: Merlin Press, 2010. p. 297. JOSHI, C. Contemporary Perspectives on Labor History in India. In: **Oxford Research Encyclopedia of Asian History**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 8-10.

73 GUHA, R. and SPIVAK, G. (ed.). **Selected Subaltern Studies**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1988.

o multiculturalismo em forte ascensão.⁷⁴ os *Subaltern Studies* encontrariam calorosa acolhida. Naquele contexto de fim da Guerra Fria, no qual ganhavam terreno abordagens assentadas em referenciais pós-estruturalistas e pós-modernos,⁷⁵ os *Subaltern Studies* se enraizariam em uma ambiência intelectual que reforçaria e ampliaria mudanças já em curso no projeto intelectual indiano, consolidando sua nova identidade como empreendimento de crítica pós-colonial. Para esse reposicionamento, muito colaborou a apresentação escrita por Edward Said para *Selected Subaltern Studies*. Na ocasião, o intelectual palestino radicado nos EUA, cujo clássico *Orientalismo*⁷⁶ alcançava então sua primeira década de existência, descreveu os *Subaltern Studies* como “parte do vasto esforço cultural e crítico pós-colonial”,⁷⁷ associando a produção dos historiadores subalternistas a um campo com o qual eles, até então, não haviam se vinculado explicitamente.⁷⁸

Em 1990, apresentando a produção dos *Subaltern Studies* ao público anglo-americano, Gyan Prakash – historiador indiano radicado nos EUA que em poucos anos viria a integrar o coletivo editorial de *Subaltern Studies* – não hesitou em reconhecer que “diversos artigos de *Subaltern Studies* empregam a familiar abordagem da ‘história vista de baixo’”.⁷⁹ Contudo, essa familiaridade, afirma Prakash, não deveria impedir os leitores de constatar a enorme originalidade da produção dos *Subaltern Studies*, a qual deveria ser vista como o primeiro experimento de uma historiografia indiana pós-orientalista pós-fundacional. Nesta, as relações e processos construiriam identidades que seriam contingentes e instáveis, não essências. Uma vez que, nos *Subaltern Studies*, a subalternidade seria entendida como um efeito de relações de poder e as identidades como dependentes da diferença, teria sido operado o deslocamento de sujeitos e essências fundacionais, fragmentando-se a indivisível entidade da Índia em uma multiplicidade de posições cambiantes articuladas discursivamente. Nesse sentido, continua Prakash, é possível ver que os *Subaltern Studies* partilhavam algumas das críticas estruturalistas e pós-estruturalistas ao sujeito autônomo e soberano. Indo além das vertentes historiográficas indianas anteriores, os *Subaltern Studies* repudiariam o universalismo da ideologia pós-iluminista de “Razão” e “Progresso”, incluindo os esquemas de modernização projetados pela Europa como a razão de ser da história.⁸⁰ Em 1994, em artigo em *The American Historical Review*, Prakash voltaria a abordar as relações entre os *Subaltern Studies* e a história vista de baixo.⁸¹ Novamente, ele buscava reforçar a identidade do projeto intelectual indiano como crítica pós-colonial, mas agora salientando de modo muito

74 CHATUVERDI, op. cit., 2000, p. 12.

75 CHAKRABARTY, D. Marx After Marxism: History, Subalternity, and Difference. *Positions*, v. 2, n. 2, p. 446-465, 1994.

76 SAID, E. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.

77 SAID, E. Foreword. In: GUHA, R. and SPIVAK, G. (ed.). **Selected Subaltern Studies**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1988. p. ix-x.

78 CHATUVERDI, op. cit., 2000, p. 12.

79 PRAKASH, G. Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography. **Comparative Studies in Society and History**, v. 32, n. 2, p. 399-400, 1990 (grifos nossos).

80 Ibidem, p. 406.

81 Para as citações deste parágrafo, cf. PRAKASH, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, v. 99, n. 5, p. 1480-1481, 1994.

mais enfático as diferenças entre a abordagem subalternista e a da história vista de baixo. Nesse sentido, Prakash é taxativo ao afirmar que os Subaltern Studies “não poderiam ser apenas a versão indiana da ‘história vista de baixo’; eles tinham que conceber o subalterno de modo diferente e escrever histórias diferentes”. Utilizando termos distintos daqueles empregados em seu artigo de 1990, Prakash agora reconhecia somente que, em seu esforço para recuperar a autonomia do sujeito subalterno, a abordagem subalternista apenas “se assemelhava” à da história vista de baixo. Afinal, em sua busca pelo sujeito-agente humanista, os historiadores subalternistas teriam acabado, frequentemente, por descobrir o fracasso da agência subalterna. Assim, indo além da história vista de baixo, afirma Prakash, os *Subaltern Studies* passaram crescentemente a reconhecer que a resistência dos subalternos não apenas se opunha ao poder, mas era também constituída por ele, entendimento que seria reforçado por referências estruturalistas e pós-estruturalistas anti-humanistas que estariam presentes no projeto intelectual desde sua fundação. Essa importante diferença entre a abordagem da história vista de baixo e a dos Subaltern Studies iria, de acordo com Prakash, tornar-se crescente ao longo do tempo, uma vez que, para os subalternistas:

o desejo de recuperar o sujeito subalterno tornou-se cada vez mais emaranhado na análise de como a subalternidade era constituída por discursos dominantes. Claro, a tensão entre a recuperação do subalterno como um sujeito fora do discurso da elite e a análise da subalternidade como um efeito de sistemas discursivos *estava presente desde o início*. Ela também continua a caracterizar a abordagem dos *Subaltern Studies* atualmente [...]. *Volumes recentes, no entanto, dão maior atenção à investigação da emergência da subalternidade como um efeito discursivo* sem abandonar a noção do subalterno como sujeito e agente. Essa perspectiva, ampliada desde *Subaltern Studies III*, identifica a subalternidade como uma posição de crítica, como uma diferença recalcitrante que surge não fora, mas dentro dos discursos da elite para exercer pressão sobre forças e formas que a subordinam.⁸²

Na visão de Prakash, portanto, a análise de discursos se tornou, a partir de dado momento, predominante na abordagem do coletivo indiano. Desenvolvendo seu argumento, ele afirma que seria “impreciso” dizer que essa mudança significava o abandono da busca por grupos subalternos em nome da descoberta de discursos e textos. O mais preciso, continua o historiador indiano, seria dizer que, agora, os subalternos e a subalternidade “aparecem nos interstícios dos discursos, subordinados por estruturas sobre as quais eles exercem pressão”, mantendo-se a ideia de uma heterogeneidade radical dos subalternos em relação aos dominantes, mas introduzindo-se uma reformulação da própria noção de subalterno na qual se elimina qualquer ideia de uma existência “real” anterior ao discurso.⁸³

Quase ao mesmo tempo em que Prakash publicava seu artigo em *The American Historical Review*, Dipesh Chakrabarty, membro sênior dos Subaltern Studies e, provavelmente, o historiador subalternista que com mais frequência se engajou de modo explícito com a obra de E.

82 Ibidem, p. 1481 (grifos nossos).

83 Ibidem, p. 1482.

P. Thompson em seus escritos,⁸⁴ julgou importante explicar à crescente audiência subalternista estadunidense as relações entre o coletivo indiano e a obra de Marx, não tratando, contudo, explicitamente da história social marxista britânica. Segundo Chakrabarty, os *Subaltern Studies* começaram como uma vertente no interior do marxismo indiano, contrapondo-se às narrativas teleológicas da historiografia local. Entretanto, logo ficou claro para os membros do coletivo indiano que o objetivo de “produzir ‘melhores’ histórias marxistas’ não poderia “ignorar o problema do universalismo/eurocentrismo que era inerente ao pensamento marxista (ou liberal) em si”.⁸⁵ Essa descoberta, ainda que não resultasse em uma rejeição completa ao pensamento de Marx, teria tornado os subalternistas receptivos às críticas feitas ao marxismo por correntes pós-estruturalistas francesas que se tornavam populares, nos anos 1980, no mundo acadêmico anglo-americano. Assim, os subalternistas mantinham-se ligados a Marx, por exemplo, em razão da crítica do pensador alemão ao imperialismo capitalista europeu, mas afastavam-se dele na medida que se engajaram crescentemente com a filosofia da “diferença”, o que significava, por exemplo, até mesmo o questionamento radical dos limites da História como forma de conhecimento.⁸⁶ Esta deveria ser vista como um código que “representa um conhecimento situado e parcial, o qual deriva sua validade da prática de certas instituições (que devem incluir as do direito, do Estado-nação e da universidade”⁸⁷). É nesse sentido que Chakrabarty questiona os limites da “narrativa global do capital” e das concepções que restringem a história subalterna a narrativas das resistências à difusão do capitalismo. Baseado nesses pressupostos, ainda que não mencione explicitamente as vertentes de história vista de baixo, Chakrabarty defende que:

histórias subalternas escritas com um olhar para a diferença não podem constituir mais uma tentativa na longa e universalista tradição das histórias “socialistas” de ajudar a erigir o subalterno como sujeito das democracias modernas – isto é, de expandir a história do moderno de modo a torná-la mais representativa da sociedade como um todo. Este é um objetivo louvável em seus próprios termos e tem relevância global inquestionável. Mas o pensamento não precisa se limitar à democracia política ou ao conceito de distribuição igualitária de riqueza. Embora o objetivo de atingir esses fins alimente legitimamente muitas lutas políticas imediatas, esse tipo de pensamento é fundamentalmente insensível às questões filosóficas da diferença e pode reconhecer a diferença somente como um problema prático.⁸⁸

Poucos anos depois, Chakrabarty, mais uma vez dirigindo-se ao público estadunidense, enfrentaria abertamente a discussão sobre as relações entre a abordagem subalternista e a da história vista de baixo. Escrevendo em um contexto no qual a expressão *Subaltern Studies*

84 Cf. CHAKRABARTY, D. and GUPTA, R. Some Aspects of Labour History of Bengal in the Nineteenth Century: Two Views. *Occasional Paper*, n. 40, p. 1-40, 1981. CHAKRABARTY, D. Class Consciousness and the Indian Working Class: Dilemmas of Marxist Historiography. *Journal of Asian and African Studies*, v. 23, n. 1-2, p. 21-31, 1988. BAGCHI, A. K. Working Class Consciousness. *Economic and Political Weekly*, v. 25, n. 30, p. 54-60, 1990. SCHENDEL, W. Stretching Labour Historiography: Pointers from South Asia. *International Review of Social History*, n. 51(S14), p. 229-261, 2006.

85 CHAKRABARTY, D. Marx After Marxism: History, Subalternity, and Difference. *Positions*, v. 2, n. 2, p. 446, 1994.

86 Ibidem, p. 448-449.

87 Ibidem, p. 461.

88 Ibidem, p. 454-455.

afirmava-se como “uma designação geral para um campo de estudos frequentemente visto como um parente próximo do pós-colonialismo”,⁸⁹ notamos no texto de Chakrabarty uma visão retrospectiva, como admitido pelo próprio autor, que acentua, sistematicamente, as diferenças entre a abordagem da história vista de baixo e a do coletivo indiano, ainda que reconhecesse que esta fosse “em parte” um produto daquela linhagem.⁹⁰ Nesse sentido, Chakrabarty afirma explicitamente que os “*Subaltern Studies* não eram um caso de aplicação ao material indiano de métodos de pesquisa histórica já desenvolvidos nas tradições marxistas metropolitanas de ‘história vista de baixo’”.⁹¹ Em resposta aberta a críticas, como as de Sumit Sarkar, de que o coletivo indiano teria praticado “boa” história marxista na tradição da história vista de baixo britânica até “perder o rumo ao entrar em contato com o orientalismo de Said, o desconstrucionismo de Spivak e a análise do discurso colonial de Homi Bhabha”, Chakrabarty retrucava que os *Subaltern Studies* possuíam “*necessariamente* uma perspectiva pós-colonial” desde sua fundação, pois eles, já em sua origem, “levantaram questões sobre a escrita da história que tornaram inescapável um afastamento radical das tradições historiográficas marxistas inglesas”.⁹² Na visão do historiador indiano, portanto, os *Subaltern Studies* não poderiam ter se tornado pós-coloniais em algum momento particular da história do coletivo, pois, de algum modo, eles sempre foram um projeto pós-colonial de escrita da história, sendo possível demonstrar “algumas conexões necessárias entre os objetivos originais dos *Subaltern Studies* e as discussões correntes da pós-colonialidade”.⁹³ Por meio da análise de escritos de Ranajit Guha, dos anos 1980,⁹⁴ considerados por Chakrabarty os textos fundadores do projeto intelectual, ele se propõe a evidenciar certas diferenças cruciais que crescentemente distinguiriam os *Subaltern Studies* da “historiografia marxista inglesa”. Nesse sentido, segundo o historiador indiano:

Retrospectivamente, poderia ser dito que havia, amplamente, três áreas nas quais os *Subaltern Studies* diferiam da abordagem da “história vista de baixo” de Hobsbawm e Thompson (levando em conta as diferenças entre esses dois eminentes historiadores da Inglaterra e da Europa). A história subalterna necessariamente implicava: a) uma separação relativa da história do poder de quaisquer histórias universalistas do capital; b) uma crítica da forma nação; e c) uma interrogação da relação entre poder e saber (consequentemente, do próprio arquivo e da história como uma forma de saber). Nessas diferenças, eu diria, assenta-se o começo de um novo modo de teorizar a agenda intelectual para as histórias pós-coloniais.⁹⁵

89 CHAKRABARTY, D. *Subaltern Studies* and Postcolonial Historiography. **Nepantia**, v. 1, n. 1, p. 9, 2000.

90 Ibidem, p. 26-27 (grifos nossos).

91 Ibidem, p. 26-27.

92 Ibidem, p. 10-11.

93 Ibidem, p. 26-27.

94 O autor baseia-se, fundamentalmente, nas intervenções de Guha em *Subaltern Studies I* (1982), *III* (1984) e *VI* (1988) e em GUHA, Ranajit. **Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India**. Delhi: Oxford University Press, 1983.

95 Ibidem, p. 15. A mesma tese é defendida pelo historiador no artigo CHAKRABARTY, D. A Small History of *Subaltern Studies*. In: SCHWARZ, H. and RAY, S. (ed.). **A Companion to Postcolonial Studies**. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2000, p. 467-485.

Em relação ao item “a”, argumenta Chakrabarty que a “ruptura teórica decisiva” operada por Guha encontrava-se na redefinição da categoria “político” para repensar a Índia colonial. Por um lado, isso envolveria a recusa da fusão, realizada pelas historiografias (neo)colonialista e nacionalista, entre o “domínio político com o lado formal dos processos governamentais e políticos”.⁹⁶ Por outro, o movimento de Guha implicaria também a negação de categorias como “pré-político” – como formulada, por exemplo, por Hobsbawm em *Primitive Rebels*⁹⁷ – que colaboravam para que a “tendência dominante na historiografia marxista global até os anos 1970 fosse a de olhar para as revoltas camponesas organizadas ao longo dos eixos de parentesco, religião, casta etc., como movimentos que exibem uma consciência ‘atrasada’”.⁹⁸ Nesse tipo de concepção, no qual estaria subjacente um modelo evolutivo, a consciência pré-política seria vista como aquela que ainda não havia se ajustado à lógica institucional da modernidade ou do capitalismo. Por meio de sua dupla recusa, Guha teria podido afirmar, sustenta Chakrabarty, a existência de um domínio autônomo da política do povo, superando limites do marxismo eurocêntrico e demonstrando que as insurreições camponesas indianas estenderam “os limites imaginários da categoria ‘político’ muito além dos territórios que lhe são atribuídos no pensamento político europeu”.⁹⁹ Nesse processo, Guha teria estabelecido pressupostos inovadores, inclusive em relação a Thompson, para o estudo da “consciência camponesa”. Esta, prossegue Chakrabarty, não deveria ser procurada “na visão que o sujeito tem de si mesmo” (até mesmo porque raramente há fontes que ofereçam esse tipo de registro), mas nas próprias práticas da insurgência camponesa. Antes que supor que a consciência “existisse dentro da cabeça dos camponeses”, Guha acreditava em “trazer à tona o imaginário coletivo inerente às práticas de rebelião camponesa”.¹⁰⁰ Ao rejeitar a categoria “pré-político” (e, conseqüentemente, “todas as teorias etapistas de história”¹⁰¹), Guha também enfatizaria, prossegue Chakrabarty, “as diferenças específicas nas histórias de poder na Índia colonial e na Europa”, pluralizando a história do poder na modernidade global e separando-a de qualquer história universal do capital. Nesse sentido, a formação colonial na Índia seria um caso de modernidade não ocidental em que

96 CHAKRABARTY, op. cit., 2000a, p. 15.

97 O historiador indiano não se vale da primeira edição da obra, publicada em 1959, remetendo o leitor para HOBBSAWM, E. J. *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1978.

98 CHAKRABARTY, op. cit., 2000a, p. 15. Desafortunadamente, uma vez que Chakrabarty elegeu o conceito de “pré-político”, em *Primitive Rebels*, para diferenciar pressupostos da abordagem dos *Subaltern Studies* daqueles da história vista de baixo, ficamos sem saber se categorias thompsonianas, como “subpolítico”, padeceriam dos mesmos problemas que a mencionada formulação de Hobsbawm, ou em que aspectos as críticas que Thompson fazia, desde meados dos 1960, a modelos evolutivos de consciência de classe não pareceram suficientes a Guha. Cf. MACEDO, F. B. *O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do PPGH da Unicamp (1982-2002)*. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2017. p. 27-143.

99 CHAKRABARTY, op. cit., 2000a, p. 16.

100 Ibidem, p. 22-23. Mais uma vez, Chakrabarty optou por não apresentar um cotejamento explícito e sistemático entre as abordagens de Guha e de Thompson, o qual, como sabemos, produziu análises cujo objeto foi também a insurgência camponesa. Cf., por exemplo, THOMPSON, E. P. *The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century*. *Past & Present*, n. 50, 1971.

101 Ibidem, p. 21.

haveria um arranjo do poder constituído por duas lógicas distintas de hierarquia e opressão com as quais os subalternos tinham que lidar: aquela do arcabouço de governança legal-formal e secular (introduzida pelos colonizadores britânicos) e uma da dominação e da subordinação diretas e explícitas cuja legitimidade derivaria de um conjunto diferente de instituições e práticas anteriores ao domínio britânico.¹⁰² Essa configuração não deveria ser explicada por meio de classificações como “moderno e pré-moderno” ou de noções como “transição incompleta para o capitalismo”, pois, para Guha, a história global do capitalismo “não tem que reproduzir em toda a parte a mesma história de poder”, sendo possível tratar capital e poder como categorias analiticamente separáveis, o que teria aberto o caminho para teorizar as especificidades das histórias de poder em modernidades coloniais como a Índia.¹⁰³ Tais formulações de Guha e suas implicações historiográficas teriam, de acordo com Chakrabarty, feito dos *Subaltern Studies*, desde sua fundação, “um experimento em historiografia pós-colonial”,¹⁰⁴ afastando-se da história vista de baixo.

No que diz respeito ao item “b”, Chakrabarty avalia que os *Subaltern Studies* surgiram como uma oposição a “histórias nacionalistas que retratavam líderes nacionalistas guiando a Índia e seu povo de um tipo de estágio ‘pré-capitalista’ para uma fase histórica mundial de ‘modernidade burguesa’”.¹⁰⁵ Assim, uma marca central da produção do coletivo indiano seria uma posição crítica em relação ao nacionalismo oficial/estatista e à historiografia que o acompanha. A afirmação de Guha, em *Subaltern Studies I*, de que burguesia indiana teria fracassado em falar pela nação expressava a conclusão de que, de fato, não haveria nenhuma nação unitária pela qual falar. Desse modo, Chakrabarty sugere que a crítica inicial dos *Subaltern Studies* ao nacionalismo, centrada na traição da elite indiana à nação ao não representar as legítimas demandas de camponeses e de operários (o “povo”), prefiguraria, de certo modo, a crítica subalternista posterior ao nacionalismo, a qual tomava como seu alvo principal a capitulação da elite indiana às formas de pensamento da modernidade europeia, entre elas a própria ideia de Estado-nação, vistas como incongruentes com as condições indianas. A partir dessa leitura, Chakrabarty encontra mais um traço de crítica pós-colonial presente no nascedouro do projeto intelectual indiano, o qual, já em sua produção inicial, apresentaria traços de uma certa forma pós-nacionalista de historiografia, estabelecendo-se mais um elemento diferenciador entre a abordagem do projeto subalternista e a da história vista de baixo.¹⁰⁶ No que tange ao item “c”, Chakrabarty analisa o modo como os *Subaltern Studies* lidaram com fato de que fontes produzidas pelos próprios subalternos raramente estavam à disposição dos historiadores. Nesse sentido, o estudioso indiano afirma que os escritos de Guha, dos anos 1980, abordaram abertamente a questão do poder-saber ao se perguntar sobre o

102 Ibidem, p. 17-19.

103 Ibidem, 2000, p. 19-20.

104 Ibidem, p. 21.

105 Ibidem, 2000, p. 22.

106 Ibidem, p. 22.

que são os arquivos e como eles são produzidos. Uma vez que a maioria dos documentos arquivísticos eram produzidos pela elite, Guha enfatizou a análise da representação como um aspecto central das relações de poder entre a elite e o subalterno, levando a uma crescente atenção não apenas aos vieses dos documentos, mas também às propriedades textuais dos mesmos, buscando apreender “as várias maneiras pelas quais os modos de pensamento da elite representavam a figura refratária do subalterno e suas práticas”. Assim, desde o princípio, na descrição da “atividade hermenêutica do historiador”, os *Subaltern Studies*, abrindo-se para as influências da teoria literária e narrativa, apoiaram-se na metáfora “intervencionista” da “leitura”, afastando-se da metáfora “passiva” da escuta, empregada por E. P. Thompson, por exemplo, em *The Poverty of Theory* (1978).¹⁰⁷

Uma década e meia depois, longe das acaloradas disputas dos anos 1990, nas quais a credenciais pós-coloniais dos *Subaltern Studies* eram ferrenhamente defendidas pelos subalternistas, em especial nos EUA, Chakrabarty, voltou a avaliar a relação entre a abordagem subalternista e a da história vista de baixo. Nesse outro contexto, no qual os *Subaltern Studies* já não existiam mais como projeto coletivo, um Chakrabarty menos preocupado em acentuar diferenças não hesitou em afirmar para o público indiano que:

foi realmente a inquietação original de Thompson com as variantes universalistas e esquemáticas de sociologia marxista que deu a alguns de nós na Índia – quero dizer, a mim mesmo e aos meus colegas do projeto indiano *Subaltern Studies* – a coragem espiritual e intelectual de que precisávamos para lançar uma rebelião vigorosa contra o que víamos como aspectos entorpecentes de muito do que se produzia na Índia como história marxista.¹⁰⁸

Considerações finais

Como vimos neste artigo, a natureza das relações entre os *Subaltern Studies* e a história vista de baixo tornou-se um dos temas mais polêmicos do debate historiográfico indiano dos anos 1990 e 2000, não deixando de ser abordado, ainda que com menos destaque, em anos mais recentes. Como ficou demonstrado, as três posições que hegemonizaram a discussão configuraram-se a partir de diferentes contextos institucionais, alinhamentos teórico-metodológicos e expectativas políticas.

Aqueles que esposaram a tese de que os *Subaltern Studies* foram uma bem-sucedida versão indiana da história vista de baixo que perdeu o rumo ao aderir sistematicamente a pressupostos pós-estruturalistas e pós-modernos mostravam-se engajados na continuidade da produção de uma história social de matriz thompsoniana sobre a classe trabalhadora indiana, em especial nas universidades do país do sul asiático. Igualmente, viam esse tipo

¹⁰⁷ Ibidem, p. 23-24.

¹⁰⁸ CHAKRABARTY, D. Fifty Years of E. P. Thompson’s “The Making of the English Working Class”. *Economic and Political Weekly*, v. 48, n. 51, p. 24, 2013. Cf., também, CHAKRABARTY, D. The Lost Causes of E. P. Thompson. *Labour/Le Travail*, v. 72, p. 207-212, 2013.

de historiografia como um fundamento indispensável para uma prática política emancipadora formulada em termos anticapitalistas e, até mesmo, socialistas.

A tese de que os Subaltern Studies produziram uma interpretação equivocada da história vista de baixo também emerge entre aqueles que se mostram comprometidos com a manutenção de uma produção historiográfica indiana sobre a classe trabalhadora do país. Contudo, ainda que vissem graves problemas nas apropriações subalternistas da história social de matriz thompsoniana, também entendiam que esta necessitava ser renovada, incorporando novas discussões teórico-metodológicas e lidando com novos desafios políticos contemporâneos colocados aos trabalhadores.

Por fim, a posição de que os Subaltern Studies não poderiam ser vistos apenas como uma aplicação da história vista de baixo ao material empírico indiano ganhou força em um momento em que o coletivo subalternista passou a se representar crescentemente como um projeto de historiografia pós-colonial, movimento simultâneo à sua bem-sucedida ascensão na academia anglo-americana, contexto no qual a política de identidade e o multiculturalismo consolidavam-se como importantes horizontes da política.

Recebido em: 24/04/2025

Aprovado em: 08/04/2026

Publicado em: 23/06/2026